

Apresentação

Chegamos ao décimo ano de publicação do Jornal de Políticas Educacionais. Nesta edição iniciamos o Volume 10, que será concluído com o Número 20, a ser publicado no segundo semestre deste ano. É um aniversário importante, pois vimos conseguindo manter ativo este canal de divulgação da produção científica no campo das políticas educacionais. São muitos anos de esforço para dar condições ao crescimento da pesquisa deste campo. No final deste volume, na próxima edição, iremos nos dedicar a fazer um pequeno balanço de todo este período, bem como traremos informações e características de toda esta produção.

Nesta edição, de número 19, temos oito artigos para nossos leitores. O primeiro deles é uma tradução do artigo “O direito à educação infantil: demandas judiciais por uma oferta adequada”, de autoria de Michael A. Rebell, da Universidade de Columbia, e Molly Hunter, da Rede Nacional de Acesso à Educação (EUA).

Neste trabalho, os autores apresentam uma retrospectiva de decisões judiciais sobre a questão do acesso à Educação Infantil nos Estados Unidos. O texto apresenta o contexto da quantidade de casos judiciais naquele país, envolvendo demandas diversas por maior equidade no financiamento da educação, e por políticas de oportunidade educacionais equitativas para crianças em situação de pobreza. O trabalho mostra, por fim, que as cortes norte-americanas têm reconhecido que as crianças em situação de pobreza tem direito à educação como parte do direito constitucional, com vistas à diminuição das diferenciações raciais e econômicas no interior do sistema educacional e da sociedade.

Na sequência, a professora Ana Lorea Bruel, colega de UFPR, desenvolve o artigo “Distribuição de oportunidades educacionais: políticas para a escolha da escola em redes municipais de ensino”. Neste trabalho, a autora focaliza no estudo da política de distribuição de oportunidades educacionais nas redes de ensino das cidades do Rio de Janeiro e de Curitiba, observando como a regulamentação da questão foi tratada no acesso ao ensino fundamental nos casos estudados. O trabalho mostra que o debate sobre a democratização do acesso ao ensino fundamental não se resume à existência ou não de vagas e ao atendimento imediato da demanda, mas carece de reconhecer a diversificação de oportunidades e a segmentação das escolas e das famílias.

O terceiro texto é de autoria do mestre pela UFPA, Gabriel Pereira Paes Neto. No artigo “O ‘Programa em Excelência em Gestão Educacional’ da Fundação Itaú Social no Pará: primeiras aproximações”, o autor paraense estuda o movimento atual de tensão sobre a educação integral enquanto política pública, uma vez que no estado do Pará se trata de uma modalidade que vem sendo realizada em parceria público-privada em conjunto com a Fundação Itaú Social, por meio do “Programa em Excelência em Gestão Educacional”. O trabalho conclui que mesmo sendo legalmente possível, não há justificativa para se implementar programas desta natureza a partir da lógica das escolas *charters* como faz o referido estado.

O artigo seguinte é de autoria de Augusto Ridson de Araújo Miranda e de Antonio Germano Magalhães Junior, ambos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UECE. O texto, intitulado “Política educacional, formação de professores e profissão docente: um olhar sobre a formação docente em história na UECE”, conceitua e discute questões atinentes às temáticas da Formação de Professores e da Profissão Docente, dialogando com a literatura e analisando o caso da licenciatura em História na Universidade Estadual do Ceará, com vistas a desenvolver reflexões sobre aqueles temas e a indicar possibilidades para se repensar as políticas para formação de professores.

Angela Scalabrin Coutinho e Juliana Schumacker Lessa, da UFPR e da UFSC, respectivamente, são as autoras do artigo “Da avaliação de um curso de especialização em docência na educação infantil à avaliação de uma política nacional de formação continuada”, que aborda aspectos da política nacional de formação de professores, especificamente da educação infantil, observando elementos de uma experiência concreta de avaliação externa de um curso de especialização em docência em educação infantil. O artigo, trabalhando com

a análise crítica de discurso, mostra a importância de um curso que toma a práxis como eixo da formação e problematiza alternativas para uma política de formação docente no Brasil.

O artigo “Assistência técnica e financeira da união aos entes subnacionais: o desafio da equidade” foi elaborado por Edite Maria Sudbrack, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada da Região das Missões (URI), e por Nalú Farenzena, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Neste trabalho, as autoras analisam as ações demandadas pelo Plano de Ações Articuladas (PAR) e verificam se tais ações conduzem a maior equidade na oferta educacional. A pesquisa das autoras, centrada em um município no estado do Rio Grande do Sul, mostra que as dimensões do PAR tiveram no caso investigado como principal foco o atendimento compulsório da educação infantil, que torna obrigatória a matrícula aos 4 anos de idade na Educação Infantil. O estudo conclui evidenciando que políticas desta natureza reforçam a tese de que cumpre à União efetivar um papel redistributivo e supletivo de recursos técnicos e financeiros, na perspectiva de maior equidade da educação.

O trabalho seguinte é de autoria de Itacir Carlos Valmorbida e Maurício Roberto da Silva, mestrando e docente do Programa de Pós-Graduação da Unochapecó, respectivamente. O texto se intitula “As diversas instâncias de formação política dos docentes da rede pública de ensino: aproximações introdutórias”, e objetiva refletir sobre as potencialidades e os limites de uma proposta de formação política permanente dos docentes. Essa reflexão considera a articulação das diversas instâncias de formação ou aquilo que os autores denominam de “multimilitância”. A partir dessas considerações, e utilizando autores da pedagogia crítica, o artigo aponta para os desafios e necessidade de um processo de formação política dos professores de natureza crítica e superadora.

Por fim, o oitavo artigo é de autoria da professora Maria Angélica Pedra Minhoto, da UNIFESP, e se intitula “Política de Avaliação da Educação Brasileira: limites e perspectivas”. Neste trabalho, a autora se debruça sobre a constituição e desenvolvimento da Política Nacional de Avaliação da Educação e, para tanto, recupera informações importantes sobre a origem deste sistema, bem como apresenta e discute as características que o compõem. Trata-se de um artigo que consegue capturar com amplitude praticamente toda a noção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, e ao cotejar os objetivos declarados por este sistema com os problemas na sua implementação, a autora mostra seus limites, além de apontar para a necessidade de uma avaliação mais rigorosa da qualidade das escolas públicas no Brasil, que consiga dialogar com modelos distintos e mais democráticos e justos tanto de educação como de avaliação propriamente dita.

Este conjunto expressa o esforço dos editores em levar a público os achados e as análises dos autores dos textos, de maneira que seus trabalhos ganhem divulgação entre os pesquisadores do campo das políticas educacionais. Esperamos que os leitores encontrem nesses artigos, elementos importantes que ajudem nas suas reflexões sobre a educação.

Boa leitura a todos!

Os Editores